



distância de 5,3495m até o marco P 01; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

III. Uma área de terras, situada no quadro urbano desta cidade, no lugar denominado "Jardim Edith", com área de 662,39 (seiscentos e sessenta e dois metros e trinta e nove centímetros), a ser desmembrada de uma área maior, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no marco denominado P 02, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=630.444,7056m e N=7.318.186,9452m dividindo-o com Rua Pedro Kojo; daí segue confrontando com Rua Pedro Kojo com o azimute de 106°19'26" e a distância de 12,1790m até o marco P 03 (E=630.456,3936m e N=7.318.183,5221m); daí segue confrontando com Sonia Maria Turek Monteiro com o azimute de 186°29'17" e a distância de 56,4400m até o marco P 06 (E=630.450,0160m e N=7.318.127,4436m); daí segue confrontando com Rua Izaura Koppen Blum com o azimute de 291°48'14" e a distância de 7,3711m até o marco P 07 (E=630.443,1722m e N=7.318.130,1514m); daí segue confrontando com Rua Izaura Koppen Blum com o azimute de 318°33'45" e a distância de 6,6236m até o marco P 08 (E=630.438,8177m e N=7.318.135,1724m); daí segue confrontando com Sonia Maria Turek Monteiro, com o azimute 6°29'17" e a distância de 52,1066m até o marco P 02; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

IV. Uma área de terras, situada no quadro urbano desta cidade, no lugar denominado "Jardim Edith", com área de 684,11 (seiscentos e oitenta e quatro metros e onze centímetros), a ser desmembrada de uma área maior, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no marco denominado P 01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51, Fuso 22J, Sistema UTM: E=630.480,7025m e N=7.318.342,6596m dividindo-o com Rua Edevino Kojo; daí segue confrontando com Rua Edevino Kojo com o azimute de 90°43'06" e a distância de 12,4439m até o marco P 02 (E=630.493,1454m e N=7.318.342,5036m); daí segue confrontando com Evaldo Koppen com o azimute de 196°04'07" e a distância de 57,8959m até o marco P 06 (E=630.477,1306m e N=7.318.286,9046m); daí segue confrontando com Rua Projetada A com o azimute de 278°29'51" e a distância de

11,9146m até o marco P 07 (E=630.465,3468m e N=7.318.288,6652m); daí segue confrontando com Nelson Koppen, com o azimute 16°04'07" e a distância de 56,1603m até o marco P 01; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

**Artigo 2º.** Os imóveis acima referenciados serão desapropriados com a finalidade de abertura de rua, ligando os bairros Lagoão e Jardim Edith, facilitando o deslocamento dos moradores da região.

**Artigo 3º.** O presente decreto é decorrente dos Processos Administrativos sob n.º. 10.890, de 23/08/2016, 12.016, de 22/09/2016, 13.007, de 18/10/2016 e 12.159, de 27/09/2016.

**Artigo 4º.** Fica a Procuradoria Geral do Município - PGM autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação desta desapropriação de forma amigável ou judicial, se for o caso, assinando em nome do Município de Jaguariáiva, acordos, termos e escrituras.

**Artigo 5º.** As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de dotação própria.

**Artigo 6º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Artigo 7º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

SÉRGIO CRUZ  
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Procuradora Geral do Município

## DECRETO n.º. 532/2017

**SÚMULA:** Estabelece procedimentos de gestão e cobrança de devedores, disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de Certidões de Dívida Ativa Tributária e não tributária no âmbito do poder executivo do Município de Jaguariáiva, e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X e XVIII do art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002,

Considerando o disposto no Parágrafo Único do art. 1º da Lei Federal nº. 9.492, de 10 de setembro de 1997, incluído pela Lei Federal nº. 12.767, de 27 de dezembro de 2012;

Considerando que a Administração Municipal deve primar pela "Justiça Tributária" com aqueles contribuintes que honram com suas obrigações para com o Erário Municipal;

Considerando que a Administração Municipal proporciona várias possibilidades principalmente de forma os acerto de débitos fiscais de contribuintes com o Fisco Municipal;

Considerando que a Procuradoria Geral do Município - PGM, e o Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN do Município, necessita adotar medidas mais eficazes de reaver valores que tem a receber de contribuintes inadimplentes, principalmente aqueles contumazes.

## DECRETA

**Artigo 1º.** Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos de gestão e cobrança de devedores do Município, bem como os procedimentos de protesto de créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, observados os critérios de eficiência administrativa e de economicidade.

**Artigo 2º.** O Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN deve, ao final de cada Exercício Social, providenciar a inscrição dos valores inadimplidos do Exercício findo, na Dívida Ativa, por devedor e por natureza de dívida, atualizáveis anualmente, de acordo com o que prevê a Legislação Municipal.

**Parágrafo Único.** Antes da inscrição de contribuinte inadimplente na Dívida Ativa, o Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN, deve efetuar a revisão de todos os caracteres de origem e caracterização da dívida, bem como dos procedimentos técnicos inerentes ao procedimento de inscrição de débitos na Dívida Ativa Municipal.

**Artigo 3º.** Após a competente inscrição do contribuinte devedor na Dívida Ativa Municipal, os órgãos mencionados devem adotar medidas de cobrança administrativa dos valores inscritos, priorizando os créditos mais antigos e de maior valor, mediante os seguintes procedimentos:

I. emissão da correspondente Certidão de Dívida Ativa - CDA, que se constitui em título de crédito executivo, sujeito aos procedimentos normais de cobrança e protesto;

II. consolidação de todos os débitos em aberto e não prescritos do Contribuinte;

III. revisão completa do Cadastro do Contribuinte: nome; CPF/CNPJ; endereço de localização e de correspondência;

IV. notificação do sujeito passivo, da inscrição de seu débito na Dívida Ativa, contendo:

a) a natureza do débito e o ano de competência;  
b) o valor original e os acréscimos moratórios;  
c) o prazo de vencimento para pagamento administrativo;  
d) a indicação da possibilidade de parcelamento prevista na Legislação Municipal dentro do prazo de vencimento estabelecido;

e) o indicativo da possibilidade de envio da CDA para protesto e/ou aporte no SP e SEFAS;

f) outras informações necessárias à adequada orientação preventiva do Contribuinte;

V. emissão da guia ou boleto de cobrança da Dívida Ativa, contendo todos os elementos característicos e necessários à cobrança administrativa da dívida dentro do prazo estipulado.

**Artigo 4º.** Decorridos 30 (trinta) dias do prazo de vencimento da guia ou do boleto de cobrança encaminhado administrativamente e não quitado pelo contribuinte, o Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN, adotará as seguintes medidas adicionais de cobrança:

I. os créditos considerados de baixo valor, assim caracterizados na legislação municipal, serão baixados de ofício da Dívida Ativa, após o período prescricional, conforme parecer já firmado pela PGM ou a qualquer momento, a pedido do devedor;

II. os créditos não enquadráveis no inciso I do caput deste artigo terão suas CDA's encaminhadas, juntamente com o respectivo documento de recolhimento, para cobrança junto ao Tabelionato de Protestos e Títulos, ou entidade equivalente, devidamente conveniada pelo Município, preferencialmente via sistema eletrônico;

III. não serão encaminhadas a protesto os créditos cuja exigibilidade esteja suspensa por qualquer razão que seja ou em processo de cancelamento;

IV. o parcelamento do crédito poderá ser concedido pela SEFIN, mesmo após o envio do título a protesto, após a comprovação do pagamento junto ao Tabelionato em que se encontra a cobrança, de emolumentos, taxas e demais despesas previstas em Lei, mediante comprovação documental junto ao Departamento;

V. até 15 (quinze) dias após o pagamento da entrada ou primeira parcela, será autorizado o cancelamento do protesto, condicionado ao acerto das despesas no respectivo Tabelionato, comprovado junto ao Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN, podendo em caso de nova inadimplência ser reavariado;

VI. do encaminhamento da CDA até a lavratura do protesto, o pagamento pelo devedor se dará junto ao respectivo Tabelionato de Protestos e Títulos, nos termos da Lei Federal nº. 9.492, de 10 de setembro de 1997, com suas alterações;

VII. realizado o pagamento, o Tabelionato recolherá na rede bancária autorizada pelo Município o respectivo valor à Fazenda Municipal até o primeiro dia útil subsequente, mediante a utilização do competente Documento de Arrecadação Municipal - DAM, encaminhado pela SEFIN;

VIII. após a lavratura do protesto, o devedor deverá efetuar o pagamento diretamente na rede bancária autorizada pelo Município mediante emissão do competente DAM, emitido pela SEFIN, apresentando o comprovante de quitação ao respectivo Tabelionato;

IX. o Tabelionato de Protestos e Títulos, após a devida comprovação de quitação do débito ou mediante comunicado da Fazenda Municipal, do "em dia" com o parcelamento da dívida, providenciará na baixa do devedor nos setores em que foram feitos os apontes, liberando-o dos agravos respectivos, em todos os locais;

X. na hipótese de inadimplimento por mais de 60 (sessenta) dias do vencimento da prestação de parcelamento, será apurado pelo D Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN, o novo saldo devedor remanescente, de acordo com a legislação municipal vigente, podendo a CDA ser novamente enviada a protesto, recaído novamente ao devedor todos os riscos e encargos decorrentes do novo procedimento de cobrança;

XI. decorridos mais 30 (trinta) dias do novo protesto e persistindo a inadimplência, o Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN encaminhará a CDA inadimplida a PGM para a competente cobrança judicial, recaído sobre o devedor todos os encargos decorrentes deste procedimento.

**Artigo 5º.** Qualquer despesa decorrente da cobrança extrajudicial ou judicial, correrá por conta do Contribuinte Devedor, sem ressalva de nenhuma.

**Parágrafo Único.** O Município somente dará baixa de débito na Dívida Ativa quando o mesmo for totalmente quitado pelo Contribuinte Devedor, bem como da comprovação do pagamento dos encargos de cobrança mencionados nos artigos anteriores.

**Artigo 6º.** É assegurado ao Contribuinte Devedor o recurso ao expediente do Parcelamento de Débito previsto na Legislação Municipal específica, situação que levará à suspensão dos procedimentos de cobrança, devendo para tanto, antecipadamente, quitar os encargos de cobrança junto aos órgãos competentes judiciais ou extrajudiciais e apresentar comprovante junto ao Departamento de Tributos e Fiscalização Tributária - SEFIN.

**Artigo 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 8º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Procuradora Geral do Município



## PROCURADORIA GERAL

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO.**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº08/2017.**

**MUNICÍPIO DE JAGUARIÁIVA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno com sede à Praça Isabel Branco, 142 - Centro, inscrita no C.N.P.J/M.F nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pelo SR JOSÉ SLOBODA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº. 4.336.839-7-PR, e CPF nº. 529.333.009-82, residente e domiciliado na Pr 151, km 217, cx postal 132, nesta Cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde a pedido o Contrato Administrativo nº08/2017 do Estagiário: GEOVANE MOURA JORGE, CPF Nº XXX.XXX.419-06 e RG nºXX.XXX.536-0SSP/PR a partir de 12 de maio de 2017.

**MUNICÍPIO DE JAGUARIÁIVA**  
**JOSÉ SLOBODA - PREFEITO**

EXTRATO, PROTOCOLO GERAL 525/2017, OBJETO: proporcionar estagio curricular de aprendizado a acadêmica regularmente matriculada na Universidade Estadual de Ponta Grossa - Polo UAB, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº202/2017, CONTRATADA: JOSEMAR APARECIDA DE ABREU, CPF Nº XXX. XXX.969-12, Estágio 30 horas, 1 salário mínimo, Vigência: 11/04/2017 a 11/04/2018.

EXTRATO, PROTOCOLO GERAL 4852/2017, OBJETO: proporcionar estagio curricular de aprendizado a acadêmica regularmente matriculada no Centro de Ensino Tecnológico e Superior S/S Ltda, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº201/2017, CONTRATADA: THALIA DE SOUZA BUENO, CPF Nº XXX. XXX.019-99, Estágio 30 horas, 1 salário mínimo, Vigência: 11/04/2017 a 11/04/2018.

EXTRATO, 2 TERMO ADITIVO, PROTOCOLO GERAL 5521/2017, OBJETO: prorrogar-se o prazo contratual a partir de seu vencimento, ou seja de 20 de maio de 2017 até 31 de dezembro de 2017, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº285/2015, CONTRATADA: BIANCA VIEIRA DOS SANTOS, CPF Nº XXX. XXX. 239-42, Assinatura: 20 de maio de 2017, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº286/2015, CONTRATADA: FLAVIA COSTA PASSOS, CPF Nº XXX.XXX.619-57, Assinatura: 20 de maio de 2017.

EXTRATO, PROTOCOLO 5539/2017 e 6147/2017, ALUGUEL SOCIAL, CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO Nº 200/2017, OBJETO: Locação do imóvel localizado no terreno nº35 da Quadra 11, Loteamento denominado Bairro Santa Cecilia, com o prazo contratual pelo período de mais 6 meses, Locadora: SOIRI TEREZINHA SCHULTZ, RG Nºxxx942-4SSP/PR, CPF Nº xxx.xxx.519-68 Valor: R\$ 350,00 reais, VIGÊNCIA: 29 de maio de 2017 até 29 de novembro de 2017.

EXTRATO, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº19/2017. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conserto de 30 playgrounds, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Fornecedor: Joarildo Felix da Silva 6896806904, CNPJ 25.210.166/0001-48, Bloqueio: 847/2017, Autorização de Fomento nº943/2017, Valor: R\$3.600,00(três mil e seiscentos reais),Data19/05/2017.

EXTRATO, DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2017. OBJETO: Prestação de serviço para afiação de instrumentais cirúrgicos do Hospital Municipal Carolina Lupion. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 199/2017, CONTRATADO: AGOSTINHO JOSÉ MOREIRA CNPJ Nº 17.366.460/0001-30, VALOR GLOBAL CONTRATUAL R\$2.400,00(dois mil e quatrocentos reais), Vigência: 12 meses, Assinatura: 29/05/2017.

## EXTRATO

### JULGAMENTO

Autos de Sindicância nº 13500/2016.

Assunto: Trata-se da Instauração de Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidade descritos no Protocolo Geral sob nº13500/2016, que informa sobre danos ocasionados no veículo de placas AKU 5625 de propriedade do Município de Jaguariáiva/PR, entre as datas de 15/10/2016 a 17/10/2016.

**RELATÓRIO.** Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação ingressou com o presente feito para averiguação da ocorrência que se trata da sindicância instaurada pelo decreto nº 466/2016 para apurar fatos e responsabilidade descritos no Protocolo Geral 13500/2016. Entretanto, designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 12/2016 para apurar os fatos, que assim descrevem: Relata: que ao final do expediente aproximadamente 18h30min do sábado do dia 15/10/2016, o motorista Antonio Flávio dos Santos estacionou o veículo de sua responsabilidade, placa AKU 5625, no barracão dos fundos da garagem de veículos pesados, deixando a chave no painel, e na data de 17/10/2016(segunda feira) encontrou o veículo estacionado em baixo de uma árvore com a chave no contato e a lateral esquerda do baú, totalmente danificada. Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com oitiva dos depoimentos e interrogatórios; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, realizou o Relatório final da sindicância concluindo pela inexistência da autoria do fato, que comprovou o que responsabiliza servidor. A Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do arquivamento do feito. É o relatório do necessário. II. **FUNDAMENTAÇÃO.** A Comissão Administrativa apresentou o Relatório Final, concluído dos depoimentos e do conjunto probatório, que apesar do veículo utilizado no dia posterior que tinha sido da responsabilidade do motorista Antônio Flávio dos Santos, que ao final de seu expediente, estacionou o veículo no barracão dos fundos da garagem de veículos pesados, encontrou no dia seguinte o veículo estacionado em baixo de uma árvore com a chave no contato, a qual havia deixado no painel da garagem, com a lateral esquerda do baú danificada por uma suposta batida no veículo. [...] Os inúmeros depoimentos realizados, para o levantamento do fato, a Comissão Administrativa Disciplinar conclui que o veículo sofreu as avarias, conforme expostas as fotos de fls. 13/15. Que no dia dos fatos o veículo foi manobrado e estacionado no pátio da garagem próximo de uma árvore e que deste estacionamento não houve a revelação ou confirmação de quem supostamente tenha ocasionado a danificação no baú do caminhão. Que, das avarias constata-se com poucos estragos no baú do caminhão, mas sem a avaliação ou levantamento dos valores atribuídos ao prejuízo. Neste sentido ficou demonstrado que a danificação, constata-se de poucas avarias, não havendo existência fundada de indícios da autoria que possam apurar culpabilidade ou não de servidor. As provas produzidas no presente procedimento são insuficientes para a respectiva condenação e/ou absolvição de servidor público municipal, que possam abranger enquadramentos ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal 2155/2010. Cabe destacar, que a apuração da responsabilidade disciplinar deve estar voltada para a suposta prática do ato ilícito qual seja, a ocorrência dos danos ocasionados no veículo caminhão de placas AKU 5625, que destinou unicamente comprovar as avarias existentes no veículo que foram de pequena monta, que pelas circunstâncias especificadas que